

O ENVELHECER NO MUNICÍPIO DE DOURADOS-MS: CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO “MARIA MARTINIANO DE BRITO”

Autora: Débora Martins Moreti Reis

Programa de Pós-Graduação em Sociologia (Mestrado) da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, Mato Grosso do Sul – E-mail: debora_moreti@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O processo de envelhecimento tem permeado discussões acadêmicas devido ao aumento da longevidade da população brasileira, razão pela qual surgiram políticas públicas voltadas para os idosos, demonstrando comprometimento por parte do Estado e maior atenção social em relação a esse grupo social nas últimas décadas.

Atualmente, fala-se de um paradigma pós-moderno, que reconhece as diferenças sociais e culturais, sem romper com o conhecimento científico e compreende um modelo de desenvolvimento que leva em conta a saúde como eixo das políticas públicas; o compromisso com a participação social, alcançando o empoderamento e a construção dos sujeitos-cidadãos; o resgate do lazer e do espiritual; e a integração das diferentes práticas culturais.

No Brasil, a década de 1970 pode ser indicada como marco histórico do envelhecimento, uma vez que nessa época a imagem do idoso e de seus direitos como cidadão passaram a ser discutidos por ocasião do I Seminário Nacional de Estratégias de Políticas para o Idoso, por intermédio do Ministério da Saúde e Ação Social.¹

Já no início da década de 1980, houve uma grande crise econômica interna no país, decorrente de adversidade fiscal e inflacionária, bem como, forte retração na produção industrial, que culminou no fim do “milagre econômico” e contribuiu para uma reestruturação do papel do Estado, sendo que os impactos dessa crise foram percebidos mais fortemente no setor da saúde, com a ineficácia na prestação da assistência e seus altos custos, ineficácia da cobertura

das políticas sociais, deterioração do poder aquisitivo dos assalariados, início da concepção da privatização e o aumento da exclusão social.

Nesse panorama, os idosos ficaram em situação de vulnerabilidade, devido à contenção de gastos com as políticas sociais e, a partir disso, houve uma movimentação com vistas à conscientização sobre a urgência no preparo de um suporte estatal adequado às demandas do segmento, considerando-se o crescimento acelerado deste no país, ocasião em que surgiram programas sociais, instituições e legislações voltadas para a proteção e inserção social do idoso.

Assim, o Brasil – anteriormente considerado como um país de jovens – passou a ocupar-se com a criação de novas políticas e programas sociais voltados à inserção social, integração e qualidade de vida desse grupo populacional, processo que deu novo significado à vida dos indivíduos, voltando-se para valores coletivos, com dimensões socialmente produtivas.

Nesse sentido, o Brasil tem participado ativamente das discussões e negociações sobre os direitos dos idosos no Mercosul (Mercado Comum do Sul) e na Comissão Econômica para a América Latina, tendo se pronunciado a favor da criação de convenção internacional, como instrumento para a efetiva garantia e promoção dos direitos dos idosos.²

Conseqüentemente, o tema do envelhecimento passou por dificuldades relativas ao seu objeto, cercado de tabus, entretanto, é crescente o entendimento de que o idoso “[...] tem de ser estimulado a viver segundo suas expectativas e potencialidades. Ainda que obedecendo a seus limites particulares tem que estar presente no mundo que o cerca.”³

Nesse prisma, é conveniente enfatizar que o idoso vivencia papéis sociais em toda sua trajetória de vida, sendo que cuidar de seus pertences, do patrimônio familiar, zelar os netos enquanto os pais trabalham ou quando abandonam os filhos, pode significar um apoio substancial e uma forma de solidariedade dele com outras gerações, o que estabelece uma experiência de vida e de aprendizagens.⁴ De mais a mais, a inclusão social pode ser verificada por intermédio do acesso do idoso a equipamentos de lazer associados à sua situação econômica e capacidade de atuação política e comunitária.

Portanto, a participação social contribui para a caracterização dos idosos como cidadãos, independentemente de classe social, faixa etária, gênero ou raça. E, esse direito deve ser preservado, pois propicia melhorias na qualidade de vida e dignidade para esse grupo de

atores sociais, que passa a atuar de maneira coletiva, por meio de projetos em comum e organizado em movimentos sociais.

Nesse contexto, os Centros de Convivência de Idosos (CCI) têm sido implantados como modalidades de atendimento e alternativas de convívio, previstas no Decreto nº 1.948, de 03 de julho de 1996⁵, destinando-se à permanência diurna de idosos, com desenvolvimento de diversas atividades focadas em um envelhecimento ativo, participativo, produtivo e afetivo.⁶

Essas instituições são formadas por áreas de atendimento clínico, de diversas especialidades e também por área de convivência, espaços direcionados à cultura, ao lazer e à educação. Além disso, abarcam pessoas de origens, escolaridade, interesses e rendas diversas, o que pode redimensionar a identidade individual dos frequentadores, contribuir para aumentar o compartilhamento de ideias e experiências, bem como fortalecer vínculos entre os próprios idosos e entre as gerações.

Essa pesquisa objetiva verificar e analisar o/s impacto/s das atividades desenvolvidas pelo Centro de Convivência do Idoso “Maria Martiniano de Brito”, Dourados – MS, na vida dos idosos atendidos no que se refere à (re)integração social, lazer, saúde e qualidade de vida, bem como, identificar o perfil desses usuários (classe social, escolaridade, gênero e raça), a fim de viabilizar propostas de melhoria para essa política pública no município.

METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÃO

As estratégias de pesquisa se baseiam em material bibliográfico e documental (estatuto, registros oficiais, reportagens, projetos) e entrevistas, com realização de visitas ao CCI “Maria Martiniano de Brito”, conhecimento de sua história, suas propostas de trabalho, atendimento e oferta de serviços à população, interação com os usuários, coordenadores e outros profissionais que atuem no local.

A coleta de dados utiliza-se da técnica qualitativa conhecida como observação participante, que possibilita o estabelecimento de relações de proximidade com a comunidade, seus membros e o cotidiano dos idosos.

A pesquisa está em andamento, razão pela qual ainda não é possível apresentar resultados definitivos, porém, já pode-se afirmar que o CCI é uma política pública que valoriza o trabalho de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, bem como, a pluralidade de saberes.

Outro aspecto que merece destaque é o fato de ofertar uma opção de lazer economicamente favorável àqueles que recebem aposentadorias e/ou pensões de valores baixos, uma vez que o espaço é gerenciado pelo Estado.

As práticas desenvolvidas parecem contribuir para o ingresso numa rede de solidariedade onde todos são dotados de direitos e deveres, têm sua identidade (re)construída, por meio do estímulo à convivência familiar, comunitária e intergeracional, embora ainda seja necessário realizar muitas ações para efetivação da política pública.

É relevante apontar o elevado número de mulheres idosas em comparação ao quantitativo de homens, o que pode decorrer do alto índice de óbitos entre estes em função de sua resistência em buscar os serviços assistenciais e de saúde, por serem mais propensos a riscos de acidentes em geral e por terem vida menos “regrada” (com grande consumo de cigarro e álcool, por exemplo) e, assim, terem menor longevidade. É o que alguns autores denominam de “fenômeno da feminização do envelhecimento”.

O CCI “Maria Martiniano de Brito” foi inaugurado em 21 de fevereiro de 2014, no bairro Parque das Nações I Plano, Dourados – MS, sendo administrado pela Prefeitura Municipal. A estrutura local conta com 550 m² de área, onde se encontram 2 salas para atividades coletivas, 1 sala para atividades individuais, 1 sala de informática, 1 salão de convivência/salão de festas, palco, almoxarifado, depósito e sanitários (feminino e masculino), além de área externa (pátio).

Desde sua inauguração, o referido CCI realiza atividades como caminhada orientada, alongamento, voleibol adaptado, dança e palestras de orientação sobre saúde e direitos dos idosos. Além disso, também já foram ministradas oficinas como coral, dança de salão, violão e capoterapia, bem como, cursos de processamento caseiro de milho, beneficiamento e transformação de mandioca, preparo artesanal de produtos de limpeza e de alimentos saudáveis, artesanato em palha de milho, em feltro e fuxico, *pachtwork*, pintura em tecido e chinelos bordados.

A participação dos idosos parece afastar a solidão e propiciar amizades, além de aumentar a autoestima e melhorar a integração com familiares, bem como, resgata valores sociais e pessoais. Essa participação também favorece a adoção de um estilo de vida mais ativo e tem papel significativo no processo de continuidade das interações sociais, capazes de produzir um quadro de mudanças e criatividade grupal destinadas a minimizar os inconvenientes trazidos pelo avanço da idade.

CONCLUSÕES

O Centro de Convivência sob estudo destaca-se como importante veículo para informações, prevenção e controle dos principais problemas de saúde relacionados ao envelhecimento, por isso, assume grande importância na vida dos usuários. Além disso, possibilita o redimensionamento da identidade dos idosos (através da convivência com pessoas da mesma faixa etária), aumenta a rede de relacionamentos, o reconhecimento de si e do outro perante o grupo e contribui para mudanças em antigos hábitos de vida.

É inegável a importância dessa política pública no processo de desinstitucionalização do envelhecimento, tendo em vista que possibilita ao idoso a permanência no convívio familiar, por não se tratar de abrigo ou instituição asilar.

Um aspecto importante é o fato de que as mulheres idosas participam e atuam de modo mais significativo em relação ao quantitativo de homens, motivo por que um dos grandes desafios para o CCI é o alcance da capacidade de sensibilizar os homens para adesão às atividades, sendo que as ações devem considerar alternativas para atraí-los e favorecer sua integração, lazer e qualidade de vida.

O CCI parece atender à sua finalidade, porém, ainda não é possível indicar de forma mais aprofundada os impactos efetivos dessa política pública na vida dos usuários, para além dos benefícios assistenciais e de saúde, lazer e cultura, em virtude de que a pesquisa ainda está em andamento. Quanto ao perfil dos atendidos, num primeiro momento, pode-se dizer que é majoritariamente feminino, com baixa ou média renda, idades acima de 60 anos, brancos/pardos/negros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. NUNES M. Desafios e perspectivas na velhice – a interpretação da Terceira Idade. Revista Portal de Divulgação. 2012. Disponível em: <http://www.portaldoenvelhecimento.com/revista-nova/index.php/revistaportal/article/view/254>
2. Presidência da República (BR). Secretaria de Direitos Humanos. Dez anos do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso: repertórios e implicações de um processo democrático. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2013.
3. SALGADO M. Políticas sociais na perspectiva da sociedade civil: mecanismos de controle social, monitoramento e execução, parcerias e financiamento. *In: Anais do I Seminário Internacional: envelhecimento populacional*; Brasília. Brasília: MPAS, 1997.
4. DIAS CMSB, COSTA JM, RANGEL VA. Avós que criam seus netos: circunstâncias e consequências. *In: FÉRES-CARNEIRO T. (Org.). Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: PUC, 2005.
5. BRASIL. Decreto nº 1.948, de 03 de julho de 1996. Regulamenta a Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília (DF). 1996 4 jul.; Seção 1
6. LIMA CRV. Políticas Públicas para Idosos: A realidade das instituições de longa permanência no Distrito Federal [monografia]. Brasília: Especialização em Legislativo e Políticas Públicas do CEFOR, 2011.